



Município de Constância

Câmara Municipal

Ata n.º 27/2013

Data da Reunião Ordinária – 19 de dezembro de 2013

Início da Reunião 15:00 horas

Termo da Reunião 17:30 horas

▪ **Membros da Câmara Municipal que compareceram à Reunião:**

Presidente: Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim

Vereadores: António Luís Fernandes Mendes

Daniel Freire da Encarnação Martins

Natércio Francisco Canelhas Candeias

Arsénio de Oliveira Cristóvão

▪ **Responsável pela elaboração da Ata:**

Nome: Ana Silvério

Cargo: Coordenadora Técnica



CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA N.º 27/2013 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 19-12-2013

No uso da competência que me é conferida e dando cumprimento ao estipulado no artigo 53.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, A ORDEM DO DIA da reunião ordinária da Câmara Municipal, a realizar no dia 19 de dezembro de 2013, com início pelas 15:00 horas, é a seguinte:-----

1. EXPEDIENTE -----

1.1 - AMEGA - Associação de Municípios para Estudos e Gestão da Água - Novos Órgãos Sociais da AMEGA - Quadriénio 2013/2017-----

1.2 - Embaixada da África do Sul – Condolências-----

1.3 - Núcleo de Tramitação de Processos e Apoio Administrativo - Relação de Despachos - Mês de novembro/2013-----

1.4 - 23.ª Alteração ao Orçamento e 20.ª Alteração às Grandes Opções do Plano (PPI e AMR) -----

2. BALANCETE E PAGAMENTOS-----

2.1 – Balancete-----

2.2 – Pagamentos-----

3. EDUCAÇÃO E ENSINO-----

3.1 - Proposta de Estágio: Técnico de Informática - Sistemas (Formação em Contexto de Trabalho - 210 horas) -----

4. OUTROS ASSUNTOS DE INTERESSE-----

4.1 - Comissão de Utentes de Saúde do Médio Tejo - Pedido de instalações para reunião pública-----

4.2 – Manutenção dos Protocolos de Delegação de Competências nas Juntas de Freguesia celebrados em anteriores mandatos autárquicos até à aprovação dos contratos interadministrativos e dos acordos de execução previstos na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro - Proposta-----

5. APROVAÇÃO EM MINUTA-----

6. ENCERRAMENTO DA REUNIÃO-----

Constância, 19 de dezembro de 2013

A PRESIDENTE DA CÂMARA,


(Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim)



CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA N.º 27/2013 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 19-12-2013

Aos dezanove dias do mês de dezembro do ano de dois mil e treze nesta Vila de Constância, no edifício dos Paços do Município e Sala de Sessões, reuniu a Câmara Municipal de Constância, sob a presidência da Excelentíssima Senhora Presidente, Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim, achando-se igualmente presentes, os Vereadores Senhores: António Luís Fernandes Mendes, Daniel Freire da Encarnação Martins, Natércio Francisco Canelhas Candeias e Arsénio de Oliveira Cristóvão.-----

Estiveram também presentes na reunião: Ana Silvério, Coordenadora Técnica; Jorge Heitor, Chefe da Divisão Municipal de Serviços Técnicos.-----

Verificando-se quórum, a Senhora Presidente declarou aberta a reunião, eram quinze horas.--

ANTES DA ORDEM DO DIA

A Senhora Presidente solicitou a introdução de um novo ponto na ordem do dia “Manutenção dos Protocolos de Delegação de Competências nas Juntas de Freguesia celebrados em anteriores mandatos autárquicos até à aprovação dos contratos interadministrativos e dos acordos de execução previstos na Lei nº 75/2013, de 12 de setembro - Proposta” -----

A proposta de introdução desse novo ponto foi aceite por unanimidade.-----

Questões colocadas pelo Senhor Vereador Natércio Francisco Canelhas Candeias do Partido Socialista: “1 – Dado que retiraram as árvores das floreiras existentes na Rua Anes de Oliveira, sugiro que se retirem também as floreiras e se adapte esse espaço a estacionamento.-----

2 – Campo de Futebol de Montalvo – Se existe uma planta daquilo que irá ser feito na Campo de futebol”.-----

O Senhor Vereador Arsénio de Oliveira Cristóvão informou o seguinte: “Retirar as floreiras é alterar o projeto de arquitetura daquele local, sendo necessário para o efeito autorização do arquiteto autor do projeto, sendo que, na sua opinião, a extinção das árvores naquele espaço traria um desequilíbrio paisagístico significativo, face à dimensão da rua em questão. Considera oportuno fazer-se um estudo local no sentido de se rentabilizar os espaços disponíveis para se criar novos estacionamentos com orientação em espinha.-----

Relativamente ao campo de futebol de Montalvo informou que existe um projeto disponível para consulta sempre que o entenderem.-----

Questão colocada pelo Senhor Vereador António Luís Fernandes Mendes do Partido Socialista: “Relativamente às floreiras existentes na Rua Anes de Oliveira caso não optem por estacionamento naquele espaço, que sejam colocadas nas mesmas floreiras, flores que



CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA N.º 27/2013 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 19-12-2013

não necessitem de rega diária. No entanto, acho que deverá ser solicitado um parecer à Junta de Freguesia de Montalvo”.

O Senhor Vereador Arsénio de Oliveira Cristóvão informou o seguinte:” A opção das árvores a colocar é da responsabilidade do Eng.º Sérgio Correia, no entanto, e segundo a informação que o mesmo deu, serão árvores floridas de pequeno porte.

Informou ainda, que todo o processo relativo à substituição e escolha das árvores foi feito em estreita ligação com o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Montalvo”.

Em seguida, passou-se à discussão e análise dos assuntos incluídos na Ordem de Trabalhos, cuja cópia fica a fazer parte integrante da presente ata, tendo sido tomadas as seguintes deliberações:

ORDEM DO DIA

1. EXPEDIENTE

1.1 - AMEGA - ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS PARA ESTUDOS E GESTÃO DA ÁGUA: Ofício circular n.º 162/13, datado de 28 de novembro de 2013, informando que no passado dia 25 de novembro, foram empossados os novos Órgãos da Associação de Municípios para Estudos e Gestão da Água – AMEGA, para o quadriénio 2013/2017.

1.2 - EMBAIXADA DA ÁFRICA DO SUL: E-mail datado de 9 de dezembro de 2013, agradecendo o envio das condolências.

1.3 - NÚCLEO DE TRAMITAÇÃO DE PROCESSOS E APOIO ADMINISTRATIVO - RELAÇÃO DE DESPACHOS - MÊS DE NOVEMBRO/2013: Foi presente relação de todos os despachos exarados pela Sr.ª Presidente da Câmara Municipal, sobre todos os processos de operações urbanísticas particulares, e ainda das licenças, autorizações e comunicações prévias emitidas no decorrer do passado mês de novembro.

1.4 - 23.ª ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO E 20.ª ALTERAÇÃO ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO (PPI E AMR): Foi presente 23.ª Alteração ao Orçamento e 20.ª Alteração às Grandes Opções do Plano (PPI e AMR).

2. BALANCETE E PAGAMENTOS

2.1 – BALANCETE: A Câmara tomou conhecimento dos saldos existentes de harmonia com o Resumo Diário de Tesouraria referente ao dia 18 de dezembro de 2013, o qual apresenta os seguintes saldos em euros:

Em cofre: € 2.212,44 (dois mil duzentos e doze euros e quarenta e quatro cêntimos); **Instituições de Crédito:** € 610.165,61 (seiscentos e dez mil, cento e sessenta e cinco euros e sessenta e um cêntimos); **Aplicações de Tesouraria:** € 4.533,50 (quatro mil quinhentos e trinta e três euros e cinquenta cêntimos); **Soma:** € 617.466,55 (seiscentos e dezassete mil,



CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA N.º 27/2013 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 19-12-2013

quatrocentos e sessenta e seis euros e cinquenta e cinco cêntimos); **Em Documentos:** € 15.121,52 (quinze mil cento e vinte e um euros e cinquenta e dois cêntimos); **TOTAL:** € 632.588,07 (seiscentos e trinta e dois mil, quinhentos e oitenta e oito euros e sete cêntimos); **Discriminação do Saldo em Dinheiro:** - **Receitas Próprias:** € 512.156,16 (quinhentos e doze mil, cento e cinquenta e seis euros e dezasseis cêntimos); - **Operações de Tesouraria:** € 105.310,39 (cento e cinco mil, trezentos e dez euros e trinta e nove cêntimos).-----

2.2 – PAGAMENTOS -----

Dando cumprimento ao preceituado no n.º 3, do art.º 65 da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações posteriormente introduzidas, foi presente a relação de todos os pagamentos efetuados e autorizados no período 02/12/2013 a 13/12/2013, na importância global de € 167.156,79 (cento e sessenta e sete mil, cento e cinquenta e seis euros e setenta e nove cêntimos).-----

3. EDUCAÇÃO E ENSINO-----

3.1 - PROPOSTA DE ESTÁGIO: TÉCNICO DE INFORMÁTICA - SISTEMAS (FORMAÇÃO EM CONTEXTO DE TRABALHO - 210 HORAS) -----

INFORMAÇÃO DO VEREADOR DANIEL MARTINS: “Na sequência da solicitação feita pelo IEFP, datada de 12/12/2013, referente ao estágio Técnico de Informática – Formação Prática em Contexto de Trabalho, informo que o mesmo terá uma duração de 210 horas, decorrerá no período de 02 de janeiro a 12 de fevereiro de 2014 não terá qualquer encargo para a autarquia.-----

Mediante o solicitado, proponho a aprovação do referido estágio.”-----

A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar o referido estágio.-----

4. OUTROS ASSUNTOS DE INTERESSE-----

4.1 – COMISSÃO DE UTENTES DA SAÚDE DO MÉDIO TEJO: E-mail datado de 14 de dezembro de 2013, solicitando a disponibilização de instalações para a realização de Reunião Pública para debate sobre serviços públicos, que se irá realizar no dia 13 de janeiro de 2017, das 21h às 23h.-----

A Câmara deliberou, por unanimidade, autorizar a utilização do Centro Náutico de Constância para a referida Reunião Pública.-----

4.2 - MANUTENÇÃO DOS PROTOCOLOS DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NAS JUNTAS DE FREGUESIA CELEBRADOS EM ANTERIORES MANDATOS AUTÁRQUICOS ATÉ À APROVAÇÃO DOS CONTRATOS INTERADMINISTRATIVOS E DOS ACORDOS DE EXECUÇÃO



CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA N.º 27/2013 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 19-12-2013

PREVISTOS NA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO – PROPOSTA: “I –

Introdução-----

O Artº 66º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro (Antiga Lei das Autarquias Locais), possibilitou à Câmara Municipal, sob autorização da Assembleia Municipal, delegar durante anteriores mandatos autárquicos um conjunto vasto de competências nas Juntas de Freguesia mediante a celebração de protocolos, onde figuravam todos os direitos e obrigações de ambas as partes, os meios financeiros, técnicos e humanos e as matérias objeto de delegação, cuja aceitação foi ratificada pelas respetivas Assembleias de Freguesia.-----

II – Análise-----

Esses instrumentos jurídicos tiveram por fundamento os Artºs. 13º e 15º da Lei nº 159/99, de 14 de setembro e o Artº 66º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro na redação que lhe foi dada pela Lei nº 5/2002, de 11 de janeiro, normativos que hoje se encontram expressamente revogados pelo Artº 3º, nº 1 alíneas c) e d) da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro com base no seu nº 3 bem como no Artº 6º, nº 1 da Lei nº 11-A/2013, de 28 de janeiro.¹-----

Todos esses protocolos, firmados à sombra da Antiga Lei das Atribuições e Competências para as Autarquias Locais², integralmente revogada, bem como da Antiga Lei das Autarquias Locais³, hoje parcialmente revogada, cessariam a sua vigência por três ordens de razões: por *caducidade* em consequência da *revogação* das normas habilitantes (*caducidade superveniente*⁴), por *decurso do respetivo mandato autárquico* em que vigorariam (*caducidade por decurso do tempo*), tanto mais que essa transferência de competências é, por natureza, temporária⁵, bem como por mudança dos respetivos titulares que outrora os subscreveram⁶ em virtude do seu carácter pessoal.-----

Após as últimas eleições efetuadas no passado dia 29 de setembro, o atual Executivo Municipal e demais órgãos autárquicos foram instalados de acordo com o enquadramento legal em vigor, encontrando-se hoje em pleno exercício de funções tendo em vista a prossecução dos interesses próprios das populações que os elegeram.-----

Todavia, o atual regime jurídico das autarquias locais – a Lei nº 75/2013, de 12 de setembro – veio proceder à **reconfiguração legal** das normas com base nas quais os anteriores

¹ Novo Regime Jurídico das Autarquias Locais que aprova também o estatuto das entidades intermunicipais, o regime jurídico da transferência das competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais bem como o regime jurídico do associativismo autárquico.

² Lei nº 159/99, de 14 de setembro.

³ Lei nº 169/99, de 18 de setembro na redação que lhe foi dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro

⁴ Artigos 13º e 15º da Lei nº 159/99, de 14 de setembro.

⁵ MARIA JOSÉ L. CASTANHEIRA NEVES, Governo e Administração Local, 2004, Coimbra Editora, pg.119.

⁶ A delegação extingue-se por caducidade sempre que mudar a pessoa do delegante ou do delegado (Artº 40º, al. b) do CPA). A delegação é pois um *actio intuitu personae*. (DIOGO FREITAS DO AMARAL, Curso de Direito Administrativo, 3ª Edição, Vol. I, 2006, Almedina, pg. 854)



CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA N.º 27/2013 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 19-12-2013

protocolos foram outorgados, prevendo-se agora que a delegação de competências se concretize mediante a celebração de **contratos interadministrativos**, sob pena de nulidade, sendo aplicável à negociação, celebração e execução dos contratos o disposto na referida Lei e, subsidiariamente, no Código dos Contratos Públicos (CCP) e no Código do Procedimento Administrativo (CPA), conforme se estabelece no Artº 120º a 123º do Anexo I da citada Lei.-----

Além disso, contemplou no seu Artº 133º, nº 1 a existência de **Acordos de Execução** a celebrar entre as Câmaras Municipais e as Juntas de Freguesia no prazo de **180 dias** após a respetiva instalação, onde se preveja expressamente os recursos humanos, patrimoniais e financeiros necessários e suficientes ao exercício de todas ou algumas das competências, cujo regime se contém nos Artºs 131º a 136º e no Artº 338º do CCP.-----

Com efeito, são **Contratos Interadministrativos**⁷ os acordos de vontades pelos quais se constituem, modificam ou extinguem uma relação jurídica administrativa em plano de igualdade e que têm por objeto o exercício das suas competências, com direitos e deveres recíprocos a que as partes ficarão adstritas. O objeto imediato destes contratos é a delegação de competências, neles se podendo também prever a realização de meras tarefas ou atividades materiais.-----

Já os **Acordos de Execução** serão celebrados para tornar **operacionalizáveis** as competências legalmente delegadas pela Câmara Municipal nas Juntas de Freguesias nos termos do Artº 132º, através da afetação dos recursos humanos, patrimoniais e financeiros necessários e suficientes.- (Artº 133º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro) -----

Em vista do que se acaba de referir, a caducidade dos protocolos ocorreria aquando da instalação dos novos órgãos autárquicos e até que os órgãos executivos e deliberativos deste Município bem como das atuais Freguesias aprovassem os novos Contratos Interadministrativos e respetivos Acordos de Execução, deixando estas desguarnecidas dos meios necessários à prossecução dos seus fins, impedindo-as de dar resposta às necessidades sentidas pelas populações que mister se impõe de imediato acautelar.-----

Recorde-se que as competências legais a que o Artº 132º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro faz referência repousam ainda na titularidade da Câmara Municipal até à entrada em vigor dos acordos de execução conforme se prevê no Artº 134. nº 2 do seu Anexo I.-----

Além disso, tais contratos e acordos passarão por um processo de negociação com cada um dos Presidentes das Juntas de Freguesia, que se antevê moroso, a que o legislador não deixou

⁷ Tratam-se de contratos administrativos celebrados entre entidades públicas (Municípios e Freguesias), de cooperação paritária: Apesar das partes contratarem entre si num plano de igualdade jurídica não afasta a possibilidade da celebração de *contratos heterogêneos*, que pressupõem alguma subordinação de uma das partes à outra, como resulta do nº 2 do Artº 338º do CCP.



CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA N.º 27/2013 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 19-12-2013

de ser sensível, ao fixar o prazo peremptório de 180 dias após o prazo de instalação. (Artº 133º, nº 1 do Anexo I) -----

A revogação dos pilares legais em que os protocolos com as Juntas de Freguesia foram no passado celebrados, com a sua consequente caducidade pelos invocados motivos, não pode deixar desancoradas as partes que então os subscreveram, mas sobretudo os munícipes e fregueses, seus destinatários diretos, pela atividade prestacional pública que deles emergem.- Por essa razão o legislador previu no Artº 3º, nº 3º que a revogação da Lei nº 159/99, de 14 de setembro (...) não prejudica as transferências e delegações de competências efetuadas previamente à entrada em vigor da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, como é o caso dos protocolos em anexo e que se dão por reproduzidos.-----

Todavia, esta norma não é *auto-exequível*, no sentido de não ser *imediatamente operativa*, razão pela qual carece de manifestação de vontade expressa dos órgãos executivos e deliberativos das autarquias envolvidas para que seja eficaz, isto é, produza os efeitos jurídicos decorrentes da sua previsão normativa. É que, se o Artº 3º, nº 3 do diploma a que nos vimos referindo dispensasse a ulterior vontade dos órgãos do Município e das Freguesias, não deixaria de constituir uma inadmissível imposição de protocolos de pretérito aos atuais órgãos, com violação do princípio da autonomia decisória do poder local previsto no Artº 235º da Lei Fundamental, o que seria de resto inconstitucional.⁹-----

Trata-se por isso de uma norma que permite salvaguardar situações jurídicas pré-constituídas, que se manterão intocáveis *se e na medida* em que os *novos órgãos* manifestarem a sua vontade jurígena nesse sentido.-----

Impossibilitadas que estão as partes envolvidas – Câmara Municipal e Juntas de Freguesia – de aprovar de imediato os novos instrumentos jurídicos criados pela atual Lei das Autarquias Locais, torna-se necessário **evitar vazios** em matéria contratual, prejudiciais para a *unidade e coerência* do nosso ordenamento jurídico e das necessidades públicas locais que se justifica manter e, nessa medida, garantir. (Princípio da eficiência administrativa) -----

A reforçar a fundamentação que se deixa expressa, milita o Artº 6º, nº 1 da Lei nº 11-A/2013, de 28 de janeiro ao consagrar que as freguesias criadas por agregação **assumem todos os direitos e deveres**, bem como as responsabilidades **contratuais** das freguesias agregadas, nestas se acolhendo, por incorporação material, os protocolos de pretérito até à outorga dos novos instrumentos reguladores, pelo que terá sido intenção do legislador acautelar todas as situações jurídicas pré-constituídas desde que os órgãos assim o deliberem.-----

⁹ Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.



CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA N.º 27/2013 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 19-12-2013

III – Fundamentação Legal-----

As referenciadas normas. (*per remissionem* – Artº 125. nº 1 do CPA)-----

IV – Proposta-----

- Considerando que todos os Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia deram o seu assentimento expresse à manutenção dos protocolos, conforme resulta das comunicações que, se anexam e se dão por integralmente reproduzidas;-----

- Considerando que a intervenção autorizativa dos órgãos executivos e deliberativos do Município e das Freguesias são necessários em homenagem ao princípio do paralelismo das formas, no sentido de que se para a *constituição* da relação jurídica protocolar é necessária a intervenção dos órgãos que integram as duas pessoas coletivas públicas, a modificação, extinção ou manutenção em vigor carece também da aprovação dos mesmos órgãos, tanto mais que os titulares que hoje neles têm assento são distintos daqueles que outrora os aprovaram.-----

Nos termos e pelos fundamentos que antecedem **propõe-se** que a Câmara Municipal delibere o seguinte:-----

1. Manter em vigor os **protocolos** que se anexam e que se dão por integralmente reproduzidos até à entrada em vigor dos Contratos Interadministrativos e dos Acordos de Execução;-----

2. Inserir nos futuros Contratos Interadministrativos e Acordos de Execução uma cláusula de **ratificação-sanação**, com fundamento na presente deliberação, de todos os atos de execução financeira que tenham sido praticados até à sua entrada em vigor, tendo em vista acautelar-se o **princípio da legalidade da despesa** prevista no Artº 4º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro. (Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais) -----

3. Remeter a presente proposta à próxima sessão da Assembleia Municipal para os efeitos do Artº 25º, nº 1 al. j) da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, tendo em vista a sua aprovação.-----

4. Dar conhecimento aos Presidentes das Juntas de Freguesia do conteúdo da deliberação tomada”.-----

A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta e submeter à apreciação, discussão e eventual aprovação da Assembleia Municipal.-----

-----5. APROVAÇÃO EM MINUTA-----

Ao abrigo do que dispõe o artigo quinquagésimo sétimo da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, foi deliberado, por unanimidade, aprovar a

⁹ A Junta de Freguesia pode recusar a delegação de competências, nos termos do artigo 34º, nº 5, alínea c) da LAL, estando essa decisão sujeita a ratificação da Assembleia de Freguesia, de acordo com o artigo 17º, nº 2, alínea l) do mesmo diploma. (ALEXANDRA LEITÃO, Contratos Interadministrativos, Almedina, 2011, pg. 218)



CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA N.º 27/2013 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 19-12-2013

presente ata em minuta no final da reunião, considerando-se todas as deliberações constantes na mesma, onde não esteja registado expressamente o contrário, aprovadas por unanimidade, por todos os membros presentes.-----

-----6. ENCERRAMENTO DA REUNIÃO-----

E não havendo mais nada a tratar a Senhora Presidente declarou encerrada a presente reunião, eram dezassete horas e trinta minutos.-----

Para constar e devidos efeitos, se lavrou a presente ata, que depois de considerada em conformidade com a minuta previamente elaborada e aprovada, vai ser assinada pela Excelentíssima Senhora Presidente e por mim *Ana Silveira*, Coordenadora Técnica, servindo de Secretário, que redigi, subscrevi e igualmente assino, nos termos do artigo quinquagésimo sétimo da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro. -----

A Presidente da Câmara,

[Assinatura]

A Coordenadora Técnica,

[Assinatura]